



TORTURA e HISTÓRIA: Reflexões acerca da Ditadura Militar Brasileira nas aulas de História em 2021

SOUZA, Luana Lemes de¹

TASCHIM, Mateus da Silva²

DAL MOLIN, Débora C.I³

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo compreender um momento histórico muito marcante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), e qual é as marcas deixadas desse período em que muitas pessoas foram perseguidas, torturadas e mortas, dentre estas muitas eram crianças e/ou adolescentes, capturas junto com seus pais, ou usadas para manipular seus amigos ou familiares no momento do interrogatório militar. Neste momento, eram aplicadas várias técnicas de tortura, físicas e/ou psicológicas. Assim como também observar e analisar as dificuldades de se trabalhar a Ditadura Militar Brasileira em sala de aula devido a censura que os professores ainda sofrem diante das ideias formadas pelo núcleo familiar, o qual acredita que foi uma época boa de se viver e as fake news que tem um papel bastante relevante em apresentar esse acontecimento como algo positivo. Para se obter as informações necessárias foi utilizado uma pesquisa qualitativa na coleta de dados, onde em anonimato os professores puderam então relatar seus medos e receios em apresentar aos alunos a Ditadura Militar Brasileira em sala de aula nos dias atuais.

Palavras-Chave: Ditadura Militar Brasileira. Memória. Professores. Aulas de História

1 INTRODUÇÃO

Em 1964 o Brasil passou por um sistema de governo autoritário e rígido, que ficou conhecido como a Ditadura Militar Brasileira de 1964 até 1985. Com a justificativa de eliminar o comunismo no país, o governo adotou várias medidas drásticas, dentre elas estão os Atos Institucionais que legitimam as atitudes ditatoriais do governo.

Essas medidas contribuem para diminuir o poder do legislativo e aumentar o do executivo tirando temporariamente os direitos civis individuais de cada cidadão. Esses atos

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em História na Faculdade de Ampere – FAMPER. E-mail: luana-souza1@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Licenciatura em História na Faculdade de Ampere - FAMPER. E-mail: mateus_taschim@hotmail.com

³ Professora Mestre em História - UFPR. Orientadora. Docente da FAMPER. E-mail: deboracmolin@hotmail.com

foram o estopim para várias mobilizações sociais contra o regime, como forma de combater as revoltas os militares adotaram medidas extremistas como perseguição, prisão, torturas e assassinatos.

Crianças e adolescentes também eram capturados, presos, assassinados, devido a esse cenário obscuro da história brasileira tocar no assunto mesmo nos dias atuais é algo muito delicado, pois quem vivenciou não gosta de relembrar, muitos trazem em suas memórias medos, traumas daquele período.

Essas situações marcaram negativamente a infância dessas crianças, as memórias desse período são muitas vezes suprimidas devido a sentimentos negativos que as acompanham, esse fator dificulta a coleta de informações que essas pessoas carregam e que são de suma importância para elucidar ou detalhar esses momentos da Ditadura Militar Brasileira.

Devido a isso o professor de história encontra grandes desafios de trabalhar esse conteúdo em sala, tanto por causa da falta de relatos e depoimentos locais, como também pela censura implícita na instituição, pois mesmo em um ambiente escolar os historiadores sofrem represálias pela comunidade escolar e pelos pais. Para compreender melhor as dificuldades encontradas pelos professores em trabalhar esse conteúdo em sala de aula foi realizada uma pesquisa qualitativa, no formato de um questionário online onde os professores responderam de acordo com sua experiência docente.

O objetivo da investigação é analisar essa censura velada e trazer a discussão maneiras de o professor de história resgatar essas memórias para os dias atuais sem medo de sofrer algum tipo de perseguição no trabalho.

2 CENÁRIO POLÍTICO NO GOVERNO DE JOÃO GOULART

No início dos anos sessenta o cenário político brasileiro encontrava-se em um ambiente conturbado. Com a renúncia de Jânio Quadros no poder em 1961, a constituição de 1946 permitia que o seu vice João Goulart assumisse a Presidência da República, intensificando a partir de então problemas institucionais do Estado.

A posse de João Goulart não foi aceita pacificamente pelos membros da UDN (União Democrática Nacional) e parte das Forças Armadas Brasileiras. Porém os grupos legalistas e os favoráveis ao Jango iniciaram uma campanha para defender a posse dele como presidente, depois de muitas negociações foi criada uma emenda constitucional que transformaria o país em uma república parlamentarista.

Pode-se dizer que o seu governo foi dividido entre duas fases: parlamentarista e presidencialista. Parlamentarista durou de setembro de 1961 a janeiro de 1963, o parlamentarismo reduziu uma série de atribuições políticas do presidente, com isso Jango não teve muitas oportunidades de manobras políticas. Através de um plebiscito a população decidiu que o retorno do presidencialismo que iniciou em janeiro de 1963 a março de 1964 conhecida como a fase presidencialista.

O País enfrentava um sério problema econômico, tinha uma dívida externa gigantesca para pagar em um período curto, além disso o país passava por problemas graves como a educação e a questão das distribuições de terras. A fase presidencialista do João Goulart foi um período de revoltas, ficou marcada pelas propostas do governo em realizar as reformas de base que defendiam a realização da reforma agrária, tributária, bancária, urbana, educacional e eleitoral.

No entanto, perante a todas essas reformas a mais polêmica foi a reforma agrária, que defendia a desapropriação de propriedades rurais maiores de 500 hectares que não estavam sendo utilizadas, e essa proposta de reforma foi a que mais gerou revolta, pois a constituição de 1946 estipulava que só poderia ser realizada mediante a indenização em dinheiro para quem tivesse sua terra desapropriada.

A negociação para a efetivação da reforma agrária fez com que Jango perdesse sua base de apoio, inúmeros políticos do Partido Social Democrático (PSD) o abandonaram e se juntaram ao partido da oposição a União Democrática Nacional (UDN).

2.1 LIGAS CAMPONESAS

Enquanto a influência de Jango sobre o Congresso enfraquecia no interior do país, o número de sindicatos de camponeses no país aumentou, o interior do país vivia uma constante tensão devido aos confrontos das Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas eram organizações de milhares de trabalhadores rurais que viviam como arrendatários ou parceiros rurais. No Nordeste nesse período o lema "Reforma Agrária na lei ou na marra" era rígido contra o sistema latifundiário no Brasil. As Ligas Camponesas surgiram na década de 1950 no processo de industrialização incentivado durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, devido ao fato de que com a modernização do sistema de trabalho na agricultura através de máquinas gerou desemprego e redução de salários em massa. As reivindicações das ligas camponesas

foram fortalecidas com as Reformas de Base do Presidente João Goulart, no qual o grande foco da sua política era a reforma agrária.

No entanto as classes conservadoras do país em sua maioria apoiaram os militares contra esses movimentos, durante a ditadura militar as ligas camponesas foram reprimidas e seus líderes presos e assassinados e João Goulart cada vez mais perdendo apoio na Assembleia e popularidade entre a população. A luta dessa classe só voltou no final do último mandato da ditadura onde o presidente era o João Figueiredo, nesse último mandato militar a repressão da ditadura não era tão efervescente como dos mandatos anteriores e o movimento retornou com outro nome: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

2.2 INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964 - 1985)

Depois da Segunda Guerra Mundial surgiu outro grande conflito que tomou proporções globais, o mundo estava dividido em dois lados entre capitalismo e socialismo. O Estados Unidos era idealizador do capitalismo e a União Soviética do socialismo, esse conflito ideológico se espalhou pelo mundo todo e foi nomeado como “Guerra Fria” que começou em 1947 e estendeu-se até 1989.

Essas correntes ideológicas opostas influenciaram continentes e países por todo o mundo, e no Brasil e na América Latina não foi diferente. Depois da Revolução Cubana em 1959 o socialismo se tornou a principal corrente ideológica e econômica do país. Os americanos com medo de que essa corrente se espalhasse pela América Latina resolveram intervir na política dos países Sul-Americanos com a intenção de afastar toda ameaça socialista e favorecer a ascensão do capitalismo nessas regiões.

Como o Brasil é o maior país da América Latina os Estados Unidos temiam que as correntes ideológicas socialistas conquistaram grandes proporções e se espalhasse para os países vizinhos, a partir de então os americanos decidiram intervir no cenário político brasileiro, diante dos fatos João Goulart era acusado de ser apoiador de ideias socialistas, e de manter relações com a China.

Em 2014 os Estados Unidos liberaram documentos para a Comissão da Verdade, no qual investigou e constatou que mais de 300 militares passaram uma temporada na Escola das Américas, recebendo treinamentos teóricos e práticos de guerrilha e de torturas, esse local era conhecido como o Instituto de guerra dos Estados Unidos no Panamá

As técnicas de tortura empregadas nos presos políticos brasileiros não traziam o selo "Made in Brazil". Embora diversas formas de tortura tenham sido utilizadas antes, – como na repressão aos opositores de Getúlio Vargas, nos anos 30 – as adotadas pela ditadura de 1964 foram desenvolvidas com base na orientação da School of Americas, uma academia militar norte-americana dedicada à chamada contra-insurgência. Seus manuais somavam 1.100 páginas e eram chamados Técnicas de Interrogatório e Guerra Revolucionária de Ideologia Comunista. Essa bíblia sobre tortura norteou a ação dos militares da Operação Condor – uma espécie de Mercosul do terror que articulou os ditadores do Brasil, Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai. Mais do que receitas, os Estados Unidos também treinaram os latinos para aplicar as técnicas ensinadas. (BRASIL, 2009, p.25).

Conhecida como "Bíblia da Tortura" era o manual de técnicas de guerrilha ensinada por militares americanos na Escola da América. Essa repressão tinha como objetivo principal afastar qualquer pessoa que fosse contra o regime militar ou que fosse propagadora das ideias socialistas. Essas técnicas nortearam a ação dos militares da Operação Condor, que era uma aliança entre os países da ditadura como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai no qual eles trocavam informações contra opositores e revoltas.

A regra básica desse catálogo de atrocidades era "obter informações involuntárias de indivíduos suspeitos de atividades comunistas". Entre outros recursos, o exército norte-americano recomendava várias "motivações" para coletar informações pretendidas. Intimidação, promessas e recompensas pela delação, detenção sem acusação formal e ameaça de eliminação dos aliados faziam parte das preliminares. Caso este método de coerção não funcionasse, a School of Americas considerava a possibilidade de prisão dos pais, de familiares, de amigos ou de colegas do interrogado. (BRASIL, 2009, p.26).

Em 1948, o artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos já condenava sua prática, mas as ditaduras militares da América como tinha o controle das mídias e canais de comunicação a censura conseguia encobrir a grande maioria dos casos de assassinato, muitas vezes colocando nos respectivos laudos como causa o "suicídio". Através desses documentos estava escondido as reais causas que poderiam ser um pau de arara, cadeira do dragão, choque elétrico, afogamento e outras práticas de tortura ensinadas pelo manual de tortura americano. Em muitas situações os presos políticos assumiram crimes que não cometeram com a esperança de se libertar daquela experiência dolorosa.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade nenhum ato de tortura física ou psicológica era permitido, portanto com intuito de extrair informações dos opositores ao governo com a intenção de puni-los ou punir uma terceira pessoa sendo elas adultas ou até mesmo crianças, era aplicada várias técnicas de torturas para obter a informação que desejavam. Conforme o relato de Telma Lucena:

Eu não reconheci a minha mãe porque ela tinha apanhado tanto que estava deformada. Para mim ela era um ser, não a minha mãe. Você estava tendo contato com uma estranha. Não era sua mãe. Era uma massa. Sem dente, toda arrebetada. Não tinha nem voz de mãe. (BRASIL, 2009, p.77).

Com base no livro Direito, Memória e à Verdade, "Para um pai ou uma mãe - cuja responsabilidade é proteger os filhos - a situação é igualmente cruel". (BRASIL. 2009, p.30). Diante disso pode-se idealizar o quanto era doloroso para os pais que eram encarcerados junto a seus filhos, ou até mesmo quando eram levados separadamente.

2.3 INÍCIO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: Os PRESIDENTES

Nesse período o mundo estava vivenciando o auge da Guerra Fria, a disputa política, econômica e ideológica de escala global entre o capitalismo e o socialismo. Jango foi considerado responsável pela propagação de ideias socialistas no governo, pois havia denúncias que ele mantinha relações com o Partido Socialista da China que intensificou ainda mais a revolta popular e militar.

Com o enfraquecimento de apoio político do Congresso Nacional com o atual governo já não se discutia se haveria intervenção militar ou não, mas isso era questão de tempo. A conspiração contra o governo de João Goulart foi resultado do temor de grupos conservadores com a ascensão dos movimentos sociais, como os movimentos camponeses, operários e estudantes. A sociedade estava dividida entre esquerda e direita, as mídias sociais da época conspiravam contra o governo e aguardavam os militares assumirem o poder.

No dia 31 de março de 1964 Jango consciente que o golpe estava para acontecer fugiu para o Uruguai, o governo acusou o presidente de ter abandonado o país e destituiu ele da presidência, chegando ao poder por meio do AI-1 (Ato Institucional N°1) em 15 de abril de 1964 o general Humberto de Alencar Castelo Branco por meio de uma eleição indireta.

Na sequência é possível observar na tabela como os governos da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) está dividido e organizado:

Governo	Duração	Características
		AI-2 Eleições indiretas; Bipartidarismo: ARENA e

Castelo Branco	1964-1967	MDB; Surgimento de uma nova Constituição em 1967; Criou-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Costa e Silva	1967-1969	Conhecido como a fase mais sangrenta da Ditadura Militar Brasileira; AI-5 os direitos foram suspensos, não havia mais habeas corpus; Censura intensa nas mídias de comunicação e em músicas e artistas; Início do “Milagre Econômico”;
Médici	1969-1974	Com a ascensão do “Milagre Econômico” foi possível realizar grandes obras de Industrialização. Aumento da pobreza, falta de investimentos em saúde e educação. Como o AI-5 estava em pleno vigor, os principais alvos da repressão policial-militar foram as organizações guerrilheiras. Existiam muitas organizações armadas, mas os principais grupos que atuaram neste período foram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares). Queda do “Milagre Econômico”.
Geisel	1974-1979	Crise Mundial do Petróleo, lutava pela abertura política que aconteceu de forma lenta e gradual. Conflito interno entre os militares. Fracasso do planejamento econômico.
João Baptista Figueiredo	1979-1985	Continuidade da abertura da política para dar fim ao regime militar. Lei da Anistia, Movimento das Diretas já,

3 TORTURAS: A MARCA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

A Ditadura Militar Brasileira teve duração de vinte e um anos (1964-1985) neste período deixou marcas como torturas psicológicas e físicas, resultados dos interrogatórios, acompanhados das técnicas de torturas como os choques, pau -de-arara entre outras utilizadas pelos militares.

Técnicas de torturas que foram adotadas nesta época deslocaram-se da academia militar *School of Americas* esses manuais continham 1.100 páginas e eram chamados de Técnicas de Interrogatórios e Guerra Revolucionária de Ideologia Comunista. Os norte-americanos além de receitar também treinaram os brasileiros para aplicarem essas técnicas, treinamentos que aconteciam no exterior, e em alguns estados brasileiros, como no Amazonas.

A regra básica desse catálogo de atrocidades era “obter informações involuntárias de indivíduos suspeitos de atividades comunistas”. Entre outros recursos, o exército norte-americano recomendava várias “motivações” para coletar informações pretendidas. Intimidação, promessas e recompensas pela delação, detenção sem acusação formal e ameaça de eliminação dos aliados faziam parte das preliminares (BRASIL, 2009, p.27).

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade o objetivo da tortura é obter informações, confissões ou outras declarações, impor punições e intimidar a vítima ou a sociedade. É por um ou mais desses objetivos que o agente faz com que a vítima seja torturada, utilizando a violência porque o seu fim só pode ser alcançado contra a vontade do torturado, o que faz com que a vítima caia em estado de completa destruição e incompetência e submissão absoluta, neste estado, só pode renunciar à sua própria vontade. A ambição do torturador é destruir a autoestima do torturado, é alcançando esse objetivo que a tortura se torna efetiva, conforme o relato sobre o político José Costa:

Chegado a Natal e levado para a sala de torturas do Campo de Concentração, foi violentamente despido, recebendo bofetões e pontapés de seis oficiais que também lhe cuspiam o rosto. Obrigado a sentar-se num tamborete com tampas de garrafas, tendo os braços amarrados, com fortes refletores sobre o rosto, sobre a cabeça, foi espancado das 15 horas ao amanhecer. Nesse período os torturadores se alcoolizam. E enquanto bebiam e comiam, gargalhavam, jogando restos no seu rosto. [...] Depois de espancado até o amanhecer, foi jogado numa cela, já descrita, tendo inclusive alto-falantes. Aí permaneceu, despido, sem alimentação e sem água. [...] Foi ameaçado de sodomia pelos majores Roberto Hipólito e Souza Mendes e pelo tenente

Câmara. Amarraram-lhe nos testículos um peso de cerca de dois quilos que era elevado a uma certa altura e largado propositadamente, fazendo -o perder os sentidos. (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 340)

Após o golpe, o governo passou a considerar um "inimigo interno" todos aqueles que discordam do regime. Quando presas, essas pessoas eram chamadas de presos políticos. Ataques violentos contra homens e mulheres, muitas delas mulheres grávidas e crianças. O que faz a diferença é a forma de tortura, pois as mulheres foram estupradas e submetidas às fantasias sexuais do torturador.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARNS, 1987, p. 43).

Para proteger e controlar a sociedade dentro das regras do regime, o governo criou um sistema espetacular de repressão baseado na divisão de tarefas. Alguns são coletados, alguns são analisados, alguns são suprimidos e assim por diante. Para tanto, a ditadura conta com órgãos repressivos que tratam todo cidadão como suspeito. No final da década de 1960, o Brasil iniciou o período mais violento do governo militar.

Na tentativa de obter informações e confissões de presos políticos, os militares usaram vários métodos de tortura para extrair uma confissão e para que isso fosse possível diferentes modos de tortura foram usados:

Pau-de-arara: O preso político era obrigado a sentar, abraçando os joelhos e com os pés e as mãos amarradas. Um cano era introduzido sob os joelhos. Nesta posição, a vítima era pendurada entre dois cavaletes, com cerca de 7 1,5 metro de altura, e muitas pessoas não conseguem suportar o suplício e chegam até perder a vida. Choque elétrico: O torturador usa um magneto de telefone, acionado por uma manivela que conforme a velocidade imprimida, fornece uma descarga elétrica de maior ou menor intensidade. Esta corrente é transmitida ao corpo dos presos políticos pelos pólos positivo e negativo. O choque elétrico é dado na cabeça, nos membros superiores e inferiores e também nos órgãos genitais da vítima. Telefone: O torturador, com as palmas das mãos em posição côncava aplica violento golpe, atingindo ambos os ouvidos da vítima a um só tempo. O impacto é insuportável, em virtude da pressão e sempre há o rompimento do tímpano, fazendo o torturado perder a audição. 'Afogamento na calda da verdade': Consiste em afundar a cabeça da vítima em um tambor com água, urina e fezes e outros detritos repugnantes. A cabeça da vítima é mergulhada na 'calda da verdade' várias vezes. Depois o preso político é obrigado a ficar sem tomar banho por vários dias e o seu cheiro torna-se insuportável. 'Mamadeira de subversivo': Consiste em introduzir um gargalo de garrafa, cheia de urina quente, na boca aberta do preso, pendurado em um pau-de-arara. Com o uso de uma estopa os torturadores comprimem a boca do torturado,

fazendo-o engolir o excremento. Balé no pedregulho: A vítima é colocada, descalça e nua, em temperatura abaixo de zero, sob um chuveiro gelado, tendo como piso pedriscos ponte agudos, que chegam a retalhar os pés da vítima. Para amenizar as dores a tendência do preso é bailar sobre os pedriscos e os torturadores ainda fazem uso da palmatória para ferir as partes mais sensíveis do corpo. Afogamento com capuz: Consiste em afundar a cabeça da vítima, totalmente encapuzada, em córregos de água podre ou tambor d'água poluída. O torturado, desesperadamente, tenta respirar e o capuz molhado se introduz nas narinas, produzindo um mal-estar horrível, levando-o, às vezes, a perder o fôlego. Massagem: o preso é algemado e encapuzado e o torturador faz uma violenta massagem nos nervos mais sensíveis do corpo, deixando-o totalmente paralisado por alguns minutos. As dores são horríveis, levando a vítima a um estado de desespero (VIEIRA, 1991, p. 247).

Muitas pessoas inocentes foram presas, essas pessoas são as que mais sofreram, porque não tinham nada a dizer, então suspeitando das confissões, eram cada vez mais submetidas a tortura, que se intensificava com o passar dos interrogatórios

Entre esses pobres inocentes estavam meninos e meninas brasileiras nasceram, cresceram e atingiram a vida adulta vivendo no período da Ditadura Militar Brasileira, tendo seus direitos violados dentro de porões imundos e sombrios. A infância foi praticamente arrancada dessas crianças.

3.1 MEMÓRIA: AS NARRATIVAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTE VÍTIMAS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Toda ciência tem um objeto de estudo e a história tem os "homens no tempo", seres construtores da história. E o historiador tem uma função essencial na sociedade: compreender processos históricos, onde deve ter como princípio básico lembrar continuamente a sociedade daquilo que ela jamais pode esquecer. Pois se pode alcançar o presente pelo passado e ligando o passado pelo presente.

Segundo Marc Bloch "documentos são vestígios tudo que o homem toca, fala, escreve e constrói é usado como objeto de estudo, são testemunhos que os historiadores tem que prestar conta se são verídicos ou não o que se é dito". (2002, p.7)

E a memória também é um objeto de estudo que tem como objetivo principal compreender passagens vividas no convívio de um determinado grupo ou indivíduo, isto é, a memória pode estar dividida em: memória coletiva ou individual.

Seja ela memória coletiva (aquela passada de geração em geração, religião, costumes, crenças) ou individual (fatos marcantes, experiências, conquistas, derrotas) ela

é fundamental para a construção da história, visto que memória e história sempre estarão em um constante elo, em razão que através da memória é possível chegar ao passado.

Segundo Pierre Nora (1993, p. 9;14) " Desde que haja, rastro, distância, meditação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história", e ela afirma que "A necessidade de memória é uma necessidade da história".

Muitas vezes relembrar fatos ocorridos ao longo da vida do indivíduo não é uma tarefa muito agradável, pois existem aquelas memórias que é e sempre será difícil lembrá-lo devido às marcas deixadas. Pode-se fazer um parecer sobre os aprisionados durante a ditadura militar brasileira, que ao recordar de tudo o que viveram e presenciaram torna-se algo doloroso, por isso que muitas vezes preferem o silêncio.

Dado que a memória pode estar associada a lugares, objetos, cenas, palavras, entre outros aspectos, ela enraizar-se no indivíduo o impedindo de realizar algo simples no decorrer ate mesmo do dia a dia, para melhor exemplificar acompanhamos agora o relato de Maria de Oliveira encarcerada junto de sua mãe quando tinha um ano e meio de idade.

Fui para a aula, entrei direto para a sala, estudei e deu a hora do recreio. Aí a gente tinha que ir para o recreio, mas eu não consegui descer. A verdade era essa: eu não conseguia descer. E eu chorava muito, me angustiava muito. A diretora achou por bem chamar meus pais, e a minha mãe foi lá. E, quando ela entrou no pátio da escola, de cara ela identificou a semelhança que tinha com o pátio de onde ela estava presa (BRASIL, 2009, p.75).

As crianças e adolescentes da mesma forma foram alvos do regime ditatorial imposto no Brasil, passaram por torturas e algumas até mesmo foram mortas, além de toda essa crueldade eram utilizados como estratégia de manipulação durante o interrogatório de seus pais, familiares e amigos. Um exemplo disso Fernando da Silva Lembo, José Guimarães, Luiz Paulo da Cruz Nunes e Manoel Rodrigues Ferreira com idades entre treze e dezoito anos foram atingidos e mortos por armas de fogo manuseadas por policiais militares eram jovens estudantes e sonhadores e que tinham como objetivo apenas lutarem pelos seus direitos e ideais.

Entre os movimentos de reação contrários a ditadura militar a União Nacional dos Estudantes (UNE) liderada por estudantes na cidade do Rio de Janeiro o qual foi incendiada em dois de abril no ano de mil novecentos e sessenta e quatro dois dias após o golpe mesmo assim a resistência estudantil perpetuou e cresceu no ano de mil novecentos e sessenta e cinco em Ibiúna interior de São Paulo onde realizavam os congressos clandestinos.

O movimento tinha como objetivo pensar e propor soluções em vários pontos do país, os jovens recomendaram democratizar o acesso e promover uma maior integração entre a universidade e a sociedade, além de criticar o caráter das instituições de elite.

O golpe de 1964 atropelou as reivindicações feitas pela população que buscavam melhorias no ensino superior, contudo os militares influenciados pelos norte-americanos que eram considerados o símbolo do sucesso de modernização obteve como principal parâmetro modificar as regras da educação das instituições.

As mortes ocorreram durante manifestações, ato o qual era censurado na Ditadura Militar, à censura foi uma das armas utilizadas para calar seus opositores e impedir que mensagens opostas fossem divulgadas. O governo perseguia as pessoas que não aceitavam sua forma de comandar isso o tornava autoritário e infringia as leis imposta pela Constituição Federal.

Nilda Carvalho Cunha (1954-1971)- A Cega e delirante: fazia parte do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) foi vítima de torturas por militares, e capturada juntamente com o companheiro Jaileno Sampaio e Lara Iavelberg, companheira do "inimigo número 1" do regime naquele momento. Lara foi morta, e os outros dois passaram por torturas, a menina teve que até tocar o corpo de Lara, morta.

Após ser liberada solicitou voltar para visitar seu companheiro, mas o pedido foi negado, quando voltava para casa com sua mãe que havia lhe acompanhado relatou -lhe que estava ficando cega, e com a cegueira veio os delírios, foi internada e em seu prontuário foi colocado que não comia, nem dormia com medo de morrer, também dizia ver pessoas em seu quarto, quase sempre dizia que via homens soldados. E assim foi seu fim, Nilda morreu. E a mãe buscava por justiça, denunciava que sua filha morreu devido às torturas que sofreu, e para lhe calar foi morta dentro de sua própria casa.

Muitas crianças foram até mesmo presas com suas mães, e eram privadas de qualquer ação que pudesse se dizer de uma criança "normal", quando ficavam doentes e não recebiam nem um tipo de auxílio ou atendimento médico. Roubaram desses meninos e meninas o direito de ter uma vida digna, como as outras crianças que não tiveram os pais aprisionados, ou assassinados pela ditadura.

Os meninos e meninas aprendem a mentir para proteger seus pais e se auto proteger durante o interrogatório. Segundo o relato do jornalista Ivan Seixas preso junto de seu pai. Aguentou firme mas não falou nada.

[...] aprendeu a mentir no pau-de-arara. Nos seus 16 anos de vida sempre fora ensinado pelo pai – Joaquim Alencar de Seixas – a falar a verdade. O mesmo pai que naquele momento era torturado a poucos metros, na chamada “cadeira do dragão”. Ao serem presos juntos, Joaquim revogara o velho conselho: “Agüenta firme. Não fala”. Foram as últimas palavras que Ivan ouviu dele. Poucas horas depois, o pai seria assassinado por agentes do DOI-CODI, que também saquearam a casa da família e encarceraram sua mulher Fanny e as duas filhas, Ieda e Lara [...] (BRASIL, 2009, p. 43 e 44).

Além de mentir era preciso ter nome falsos, afastar-se de familiares e amigos, abandonar a profissão e suas moradias, tinha uma vida clandestina. Para as crianças era difícil compreender tudo o que acontecia com elas e seus familiares. Conforme o relato do menino André, filho de Maria Auxiliadora e de Aldo Silva “Um dia no quarto/escritório do meu pai, achei caneta e li o sobrenome do meu avô. Percebi que o sobrenome dele não era parecido com o nosso” (ARANTES, 2014, p.24). André tinha quatro anos de idade no período da ditadura, ele era conhecido como o “Filho do Zorro”, nome falso usado pelo pai, porém quando André descobre que seu pai se chama Aldo ele questiona e para se explicar, o pai usou o herói Zorro, um personagem que buscava por justiça.

Segundo a Psicóloga e psicanalista, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, aprisionada durante a ditadura militar brasileira junto de seus filhos André e Priscila, “[...]avalia ser impossível medir a extensão das sequelas deixadas nos filhos dos meliantes políticos, mas sustenta que certamente são devastadoras [...]. (BRASIL, 2009, p.30).

Maria Auxiliadora, também era estudiosa do tema tortura e declarou que nem mesmo ela “[...]pode avaliar como tudo isso repercutiu na vida dos filhos. Há pouco tempo ouviu Priscila desabafar: “Mãe, acho que finalmente estou saindo de debaixo da mesa”. (BRASIL, 2009, p.34). Priscila se referia a mesa onde se escondeu quando os militares visitaram sua avó no estado de Minas Gerais e ameaçavam tortura sua mãe, caso sua avó continuasse acobertando o esconderijo de seu pai.

Durante esse período as pessoas que sofreram algum tipo de tortura, demonstram dificuldade em falar sobre este acontecimento devido aos traumas que isso lhes causou que acabam ficando presas ao passado e bloqueando lembranças que poderiam esclarecer situações relevantes que aconteceram neste período.

E isso de certa forma é um agravante que dificulta o acesso a essas memórias, pois a troca de informação muitas vezes não acontece nem mesmo em um ambiente íntimo como é núcleo familiar.

4 OS RESQUÍCIOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM SALA DE AULA NOS NOSSOS DIAS

Mesmo nos dias de hoje vivemos a sombra da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), esse período ficou conhecido como o momento mais sangrento da história brasileira, pois muitos só de ouvirem a palavra “ditadura” sentem uma certa euforia, por terem vivido aquele cenário de terror ou por ter perdido pessoas próximas em meio a todo aquele caos social.

Hoje professores de história em sala de aula encontram várias dificuldades, para resgatar memórias desse período e então poder dialogar com os dias atuais, os estudantes de hoje estudam o regime militar da mesma forma que leem um livro de ficção, pois para as novas gerações acreditar que havia tempos tão sombrios não parecia ser algo tão real.

Muitos alunos ao estudarem esse conteúdo em sala de aula ao chegar em casa e comentar com os pais ou familiares, esses muitas vezes têm reações adversas alguns alegam que aquele fato não aconteceu ou que os professores estão ensinando o que não sabem. Mas isso aconteceu, e cabe ao professor de história trazer esses acontecimentos a sala de aula para serem discutidos juntamente com os alunos esse período que foi de muito terror para a população, entretanto quem perdeu alguém próximo naquele cenário cruel não gosta de resgatar essas memórias.

Diante desses acontecimentos houve a necessidade de aplicar uma pesquisa qualitativa para obter dados relevantes perante os desafios que os historiadores enfrentam para articular sobre a Ditadura Militar Brasileira. A pesquisa foi formulada através do Google Forms com alguns professores de História de Ampére, Salto do Lontra e Santa Izabel, municípios do sudoeste do Paraná.

O formulário foi respondido por 11 professores do Ensino Fundamental e Médio de forma online, com questões objetivas e descritivas sobre as dificuldades encontradas pelos professores de História em trabalhar o conteúdo da Ditadura Militar Brasileira em sala de aula nos dias contemporâneos devido a construção de ideia familiar e fake News. Em razão de que o assunto é bastante polêmico e amedronta os professores desta disciplina foi garantido o anonimato, em virtude disso ao longo do texto as referências utilizadas ao se retratar aos professores será: professor 1, professor 2 e professor 3. Cabe ressaltar que não será usado todas as respostas, mas sim as mais relevantes, para que não haja repetições.

Quando questionados sobre quais são os desafios que os professores de História têm encontrado ao trabalhar a Ditadura Militar Brasileira, 54,5% encontram resistência,

27,3% não encontram dificuldades e 18,2% falta de informação. Percebe-se que a maioria dos docentes têm dificuldades em abordar o conteúdo em sala de aula.

Em seguida os professores responderam sobre a importância que ele vê em discutir esse conteúdo, as respostas foram diversas, dentre algumas delas está: “Fazer com que o aluno compreenda o que é uma ditadura, quais são as consequências culturais e econômicas”. (Professor 1, 2021).

“Compreensão do momento não só da falta das liberdades e do excesso de repressão, bem como os altos índices de inflação e de fome da população”. (Professor 2, 2021). “Conhecer a própria história de nação. Reconhecer os períodos sombrios de uma história por vezes negada, saber como foi para evitar que isso se repita”. (Professor 3, 2021). Nota-se que todas as respostas destacam a importância de se compreender o contexto daquele cenário catastrófico, para compreender as mudanças sociais, políticas e econômicas que afetam os dias de hoje, principalmente identificar o que ocorreu com aquelas pessoas que foram consideradas “desaparecidas”.

Um ponto importante abordado no questionário foi em relação aos livros didáticos, de que forma esse recurso utilizado em sala de aula apresenta a Ditadura Militar Brasileira aos alunos, 54,5% consideram que os livros trazem poucas informações, 36,4% de uma forma bastante resumida, mas transmite o que o aluno precisa saber, e 9,1% de maneira clara e objetiva. Diante dos dados levantados podemos analisar que a maior parte dos questionados qualificam o livro didático de história como uma ferramenta fraca em transmitir sobre esse acontecimento o que acaba causando nos alunos uma falsa ideia do que foi a Ditadura Militar Brasileira.

Uma grande dificuldade encontrada perante esse conteúdo é trabalhar as memórias das vítimas da Ditadura Militar Brasileira. Em relação a essa pergunta as respostas foram as seguintes: 27,3% falta de informação, 18,2% resistência, 18,2% censura, 18,2% não encontram dificuldades, 9,1% falta de conhecimento, e 9,1% falta de interesse. Em consequência da falta de relatos e depoimentos, fica inviável muitas vezes os professores levarem isso para os alunos, pois quem passou por isso não gosta de lembrar, pois as sequelas deixadas pela época machucam até os dias atuais. Muitas pessoas desenvolvem problemas psíquicos por causa dos traumas, esse assunto para muitos hoje ainda gera medo, tanto para quem foi perseguido durante esse período como também os professores.

A seguinte questão traz em seu questionamento uma certa delicadeza e medo de falar sobre, entretanto como o anonimato dos participantes foi garantido, obtendo assim muitas respostas interessantes, durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) as mídias sociais e professores eram censurados, na sequência foi pedido se na sua opinião isso ainda estava presente atualmente: “Infelizmente sim.

Não podemos discutir, estimular o senso crítico dos alunos. Estamos sendo vigiados e punidos por expor o que pensamos. Basta ver que, em pleno 2021, temos que cuidar cada palavra dita para não virar uma demissão ou um processo administrativo.” (Professor 1, 2021). “Sim, de forma velada, mas temos que ser muito cuidadosos no trabalho em sala de aula sobre este tema.” (Professor 2, 2021). “Muito medo de represálias, precisamos ser cuidadosos, pois não temos quem nos defenda” (Professor 3, 2021). Percebe-se que os docentes se sentem censurados em sala de aula, tanto pela comunidade escolar como pelos pais, visto que é um assunto delicado, cada um tem um ponto de vista, alguns, no entanto bem equivocados, pois não é um assunto em que os professores se sentem confortáveis em trabalhar.

A última pergunta do questionário era a respeito de que quando em sala de aula abordado sobre esse conteúdo observava algum conhecimento e interesse por parte dos alunos, 63,6% encontravam, 27,3% razoavelmente encontravam e 9,1% não encontravam. Sendo em vista as informações coletadas percebe-se que a maioria dos alunos tem interesse em saber sobre o período, porém muitas vezes com opiniões já formadas onde alguns concordam que foi uma época de perseguições, torturas e mortes, enquanto outros acreditam na omissão no processo.

Conclui-se que a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) deixou sequelas, hoje a censura é velada, o professor de história não tem e não se sente confortável em trabalhar o tema, pelo medo de sofrer represálias da instituição escolar e dos pais. Naquele cenário de terror o governo utilizava muito as redes sociais para passar uma imagem favorável do mesmo, por isso que muitas pessoas que não viviam nas grandes metrópoles tem uma imagem positiva, já que em cidades menores não sentiram muito impacto.

5. CONCLUSÃO

A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) foi marcada por episódios de tortura e muitos dos acontecimentos ainda carecem de maiores esclarecimentos para que possam

ser melhor elucidados visto que existia extrema censura a quem mostrasse opinião contrária ao período. No entanto, o registro existente expõe situações que envolvem não apenas adultos, mas crianças e adolescentes que também sofreram violência física ou psicológica durante interrogatórios militares.

Essas crianças e/ou adolescente cresceram e em muitas dessas memórias foram suprimidas devido a trazer à tona sentimentos negativos, e em outros casos não eram mencionadas nem mesmo no núcleo familiar como forma de evitar a propagação desses relatos que marcaram dolorosamente a vida dessas pessoas. No entanto, a supressão desses relatos pode ser considerada uma perda para a história, pois as memórias desses indivíduos que presenciaram ou foram protagonistas de algum momento da Ditadura Militar Brasileira é relevante para elucidar ou detalhar acontecimentos que tornam o contexto da Ditadura mais entendível do ponto de vista geral.

A pesquisa tem como objetivo detectar as formas de censura presentes na sala de aula, no que se trata sobre o assunto da Ditadura Militar Brasileira. As questões elaboradas pelos acadêmicos eram claras e objetivas, onde os professores tinham liberdade para fazer sua contribuição visto que o anonimato foi assegurado.

O questionário apresentou perguntas ressaltando os desafios que os professores da disciplina de história vêm sofrendo em sala de aula no momento de abordar o conteúdo da Ditadura Militar Brasileira. Segundo os dados levantados, as dificuldades encontradas variam desde a falta de interesse dos alunos, a censura, poucos relatos das vítimas, e falta de informação nos livros didáticos.

Com isso é possível compreender que a lei da mordaza presente no período ditatorial brasileiro, ainda está presente de forma velada nas instituições de ensino. Perante essa situação os professores se sentem oprimidos com medo de sofrer penalidades, como demissões e processos administrativos.

Sendo assim, conclui-se que os professores precisam de amparo para que consigam fazer o resgate das memórias sem sofrer qualquer tipo de ameaça para aprofundar no conteúdo e questionar os fatos acontecidos e compará-los com os dias atuais. Esclarecendo para a sociedade como aconteceu, de que forma e como evitar que isso aconteça novamente.

6. REFERÊNCIAS

BLOCH, M. L. B. **Apologia da História**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Ofício do Historiador**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos **Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

SÃO PAULO(Estado). Assembleia Legislativa. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. / Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1987

LE GOFF, J. 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

GENARO, Luana C. Entre **Memória e História: A problemática dos lugares Pierre Nora**. PDF. Academia.edu. Disponível em: <https://www.academia.edu/38140976/A_Entre_Mem%C3%B3ria_e_Hist%C3%B3ria_A_problem%C3%A1tica_dos_lugares_Pierre_Nora>. Acesso em: 12 set. 2021.

O ensino da ditadura civil-militar nas escolas. MultiRio. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14688-o-ensino-da-ditadura-civil-militar-nas-escolas>>. Acesso em: 5 out. 2021.

POLITIZE. **Ditadura Militar no Brasil: resumo, origem e presidentes**. Politize! Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 8 out. 2021.

BEZERRA, Juliana. **Ditadura Militar no Brasil: resumo, causas e fim**. Toda Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 28 Set. 2021.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Curitiba: SEEC, 1991.

7. Anexo

Abaixo é possível visualizar as perguntas que estavam presentes no questionário encaminhado aos professores pelo Google Forms.

1.Quais são os desafios que os professores de História têm encontrado ao trabalhar Ditadura Militar nos conteúdos do Ensino médio e fundamental?

- Falta de interesse
- Falta de informação
- Resistência
- Não encontro dificuldades

2. Qual a importância de você professor discutir o conteúdo Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)?

Sua resposta

Fonte: Acervo dos autores, 2021

3. Em sua opinião como os livros didáticos retratam a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)?

- Pouca informação.
- De uma forma bastante resumida, mas transmite o que o aluno precisa saber.
- De maneira clara e objetiva.
- Retrata como exatamente aconteceu
- abordado em seu conteúdo o essencial para o conhecimento do aluno.

4. Quais são as dificuldades encontradas em trabalhar as memórias das vítimas da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)?

- Falta de conhecimento.
- Falta de interesse.
- Falta informação.
- Resistência.
- Censura.
- Não encontro dificuldade alguma.

5. Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) as mídias sociais e professores eram censurados. Em sua opinião isso se apresenta nos dias atuais? Quais são essas censuras?

Sua resposta

6. Quando em sala de aula aborda o conteúdo período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) observa algum conhecimento e interesse por parte dos alunos?

- Sim
- Não
- Razoavelmente

Fonte: Acervo dos autores. 2021